



# Simpósio de Integração Acadêmica

## “Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



Universidade Federal de Viçosa  
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes  
Departamento de Administração e Contabilidade

**Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH): um olhar sobre as políticas municipais, seus determinantes socioeconômicos e suas contribuições na persecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

**Categoria:** Pesquisa Concluída.

**Área de Tecnologia Prioritária CNPq/MCTIC:** Item IV - Desenvolvimento Sustentável; Subitem VII - Preservação Ambiental.

**Autores:** Layana de Freitas Silva ([layana.silva@ufv.br](mailto:layana.silva@ufv.br)); Suely de Fátima Ramos Silveira ([sramos@ufv.br](mailto:sramos@ufv.br)); Luiz Paulo Rigueira de Moraes ([luiz.morais@ufv.br](mailto:luiz.morais@ufv.br)).

**Palavras-chave:** Gestão Integrada de Recursos Hídricos; Segurança Hídrica; Governança Local.

### Introdução

A GIRH é um conceito prático, pautado em princípios e orientações globais quanto à gestão sustentável das águas, considerando seus múltiplos usos e instâncias de governança. No Brasil, os esforços no sentido de uma gestão integrada dos recursos hídricos foram observados na criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH), instituído pela Lei Federal 9.433 de 1997. Quanto aos municípios, apesar de seu óbvio envolvimento na gestão das águas de suas cidades, receberam poucas atribuições, deixando a cargo dos comitês e agências de bacia o maior número de responsabilidades. Por não serem diretamente responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, pouco se aborda sobre o papel municipal nos estudos da GIRH, desconsiderando-se a importância da governança local e das normas municipais na qualidade das águas dos municípios, das bacias e do país.

### Objetivos

O trabalho tem por objetivo a identificação de fatores relevantes para a Segurança Hídrica local, visando discutir o papel das políticas e do contexto local na Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

### Material e Método

Utilizou-se como amostra os 5.570 municípios brasileiros. Foram realizados testes de médias e Regressão Logística Binomial, considerando dimensões da governança local e um conjunto de variáveis referentes aos aspectos demográficos, sociais e econômicos dos municípios brasileiros, como renda, desenvolvimento municipal e vulnerabilidades.

### Apoio financeiro

PIBIC/CNPq 2022-2023

FAPEMIG – Demanda Universal 01/2022

### Agradecimentos

Agradecemos à CAPES, ao CNPQ e à FAPEMIG por possibilitarem aos alunos de graduação oportunidades, apoio e incentivo, na busca, na construção e no aprimoramento do conhecimento científico brasileiro.

### Resultados e Discussão

Os resultados mostraram que a vulnerabilidade econômica e social afetou negativamente o índice de segurança hídrica dos municípios, mostrando que regiões menos desenvolvidas sofrem o problema de forma mais intensa. Também foi observado que a alta demanda urbana por água é um fator agravante, uma vez que os grandes centros têm menor probabilidade de ter segurança hídrica. Em consonância, entendeu-se que a segurança hídrica vai muito além da simples disponibilidade do recurso, uma vez que a região com maior disponibilidade no país, a Região Norte, é uma das que mais apresentam problemas nos mananciais e na estrutura de distribuição de água dos municípios. Ademais, a adoção de diferentes mecanismos de governança pode indicar problemas ambientais municipais, diminuindo as chances de alta Segurança Hídrica. A intensidade da participação social, por outro lado, aumentou essas chances.

### Conclusões

O que se conclui é que as características socioeconômicas, ambientais, e institucionais afetam a qualidade e a disponibilidade de água, assim como, a adoção de mecanismos de governança. A partir dessas evidências, conclui-se que a boa governança da água em seus múltiplos níveis é crucial para garantir a eficácia da gestão dos recursos hídricos. A interdependência entre usos e os níveis de governança da água exigem uma visão cada vez mais holística, a fim de avançar para uma gestão integrada, sustentável e equitativa dos recursos. Apesar dos avanços no SINGREH, ainda é necessária uma maior participação local para que o sistema se torne, de fato, um sistema integrado e que caminhe em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### Bibliografia

ABRUCIO, F. L. & OLIVEIRA, V.E de. Governança do Sistema Nacional de Recursos Hídricos: a visão dos atores. Campo de Pública em ação coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. 1ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, v. 1, p. 158-17. 2017.

BRASIL. Lei 9. 433, de 08 de Janeiro de 1997. Diário Oficial da União, 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos.

KATUSSIME, J.; SCHUT, B. Integrated water resources management approaches to improve water resources Governance . Water (Switzerland), p. 1-22, vv. 12, 2020.